

20/08/2009

TRIBUNAL PLENO

REFERENDO EM EMB.DECL.NA MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO CAUTELAR 2.403-0
DISTRITO FEDERAL

RELATOR : **MIN. CELSO DE MELLO**
EMBARGANTE(S) : **DISTRITO FEDERAL**
ADVOGADO(A/S) : **PGDF - MARCELO LAVOCAT GALVÃO E**
OUTRO(A/S)
EMBARGADO(A/S) : **UNIÃO**
ADVOGADO(A/S) : **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**

E' M E N T A: **AÇÃO CAUTELAR PREPARATÓRIA** - MEDIDA LIMINAR - **RECUSA DE PRESTAÇÃO DE AVAL** PELA UNIÃO FEDERAL **E NEGATIVA DE AUTORIZAÇÃO**, POR PARTE DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (**OFÍCIO** Nº 1.635/2009-COREF/SECAD II/STN/MF) - **OBSTÁCULOS QUE IMPEDEM** O DISTRITO FEDERAL **DE CELEBRAR** OPERAÇÃO DE CRÉDITO COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA INTERNACIONAL - **SISTEMA SIAFI** - INCLUSÃO, NESSE SISTEMA DE CADASTRO NACIONAL DA CÂMARA LEGISLATIVA E ÓRGÃOS INTEGRANTES DO DISTRITO FEDERAL - **CONFLITO DE INTERESSES ENTRE** A UNIÃO **E** O DISTRITO FEDERAL - **LITÍGIO** QUE SE SUBMETE **À ESFERA** DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - **HARMONIA E EQUILÍBRIO** NAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS **ENTRE** O DISTRITO FEDERAL **E** A UNIÃO FEDERAL - **O PAPEL** DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL **COMO TRIBUNAL DA FEDERAÇÃO** - **PRETENSÃO CAUTELAR** FUNDADA NA ALEGAÇÃO **DE TRANSGRESSÃO** À GARANTIA DO "DUE PROCESS OF LAW" - **MEDIDA CAUTELAR DEFERIDA** - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS - **DECISÕES REFERENDADAS PELO PLENÁRIO** DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

CONFLITOS FEDERATIVOS E O PAPEL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
COMO TRIBUNAL DA FEDERAÇÃO.

- A Constituição da República **confere**, ao Supremo Tribunal Federal, **a posição eminente de Tribunal da Federação** (CF, art. 102, I, "f"), **atribuindo**, a esta Corte, em tal condição institucional, **o poder de dirimir** controvérsias, que, **ao irromperem** no seio do Estado Federal, **culminam, perigosamente, por antagonizar** as unidades **que compõem** a Federação.

Essa **magna** função jurídico-institucional da Suprema Corte **impõe-lhe** o **gravíssimo dever** de velar **pela intangibilidade** do vínculo federativo **e** de zelar **pelo equilíbrio harmonioso** das relações políticas entre as pessoas estatais **que integram** a Federação brasileira.



AC 2.403-MC-ED-Ref / DF

A aplicabilidade da norma inscrita no art. 102, I, "f", da Constituição estende-se aos litígios cuja potencialidade ofensiva revela-se apta a vulnerar os valores que informam o princípio fundamental que rege, em nosso ordenamento jurídico, o pacto da Federação. Doutrina. Precedentes.

A QUESTÃO DOS DIREITOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS, NOTADAMENTE AQUELES DE CARÁTER PROCEDIMENTAL, TITULARIZADOS PELAS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO.

- A imposição de restrições de ordem jurídica, pelo Estado, quer se concretize na esfera judicial, quer se realize no âmbito estritamente administrativo (como sucede com a inclusão de supostos devedores em cadastros públicos de inadimplentes), supõe, para legitimar-se constitucionalmente, o efetivo respeito, pelo Poder Público, da garantia indisponível do "due process of law", assegurada, pela Constituição da República (art. 5º, LIV), à generalidade das pessoas, inclusive às próprias pessoas jurídicas de direito público, eis que o Estado, em tema de limitação ou supressão de direitos, não pode exercer a sua autoridade de maneira abusiva e arbitrária. Doutrina. Precedentes.

LIMITAÇÃO DE DIREITOS E NECESSÁRIA OBSERVÂNCIA, PARA EFEITO DE SUA IMPOSIÇÃO, DA GARANTIA CONSTITUCIONAL DO DEVIDO PROCESSO LEGAL.

- A Constituição da República estabelece, em seu art. 5º, incisos LIV e LV, considerada a essencialidade da garantia constitucional da plenitude de defesa e do contraditório, que ninguém pode ser privado de sua liberdade, de seus bens ou de seus direitos sem o devido processo legal, notadamente naqueles casos em que se viabilize a possibilidade de imposição, a determinada pessoa ou entidade, seja ela pública ou privada, de medidas consubstanciadoras de limitação de direitos.

- A jurisprudência dos Tribunais, notadamente a do Supremo Tribunal Federal, tem reafirmado a essencialidade do princípio da plenitude de defesa, nele reconhecendo uma insuprimível garantia, que, instituída em favor de qualquer pessoa ou entidade, rege e condiciona o exercício, pelo Poder Público, de sua atividade, ainda que em sede materialmente administrativa ou no âmbito

AC 2.403-MC-ED-Ref / DF

político-administrativo, sob pena de nulidade da própria medida restritiva de direitos, revestida, ou não, de caráter punitivo. Doutrina. Precedentes.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **acordam** os Ministros do Supremo Tribunal Federal, **em Sessão Plenária**, sob a Presidência do Ministro Cezar Peluso (**RISTF**, art. 37, I), na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, **por unanimidade** de votos, **em referendar** as decisões, **nos termos** do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, a Senhora Ministra Ellen Gracie, licenciados os Senhores Ministros Joaquim Barbosa e Menezes Direito e, neste julgamento, o Senhor Ministro Gilmar Mendes (Presidente).

Brasília, 20 de agosto de 2009.



CELSON DE MELLO - RELATOR



20/08/2009

TRIBUNAL PLENO

REFERENDO EM EMB.DECL.NA MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO CAUTELAR 2.403-0
DISTRITO FEDERAL

RELATOR : **MIN. CELSO DE MELLO**
EMBARGANTE(S) : DISTRITO FEDERAL
ADVOGADO(A/S) : PGDF - MARCELO LAVOCAT GALVÃO E
OUTRO(A/S)
EMBARGADO(A/S) : UNIÃO
ADVOGADO(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO - (Relator): Trata-se de embargos de declaração opostos à decisão, em que o Senhor Ministro-Presidente do Supremo Tribunal Federal **deferiu** medida liminar postulada em procedimento cautelar, de caráter preparatório (fls. 02/25), **instaurado** por iniciativa do Distrito Federal, **que postulou a concessão** de provimento jurisdicional **destinado** a neutralizar a lesão **alegadamente** causada - **consoante sustentado** na presente sede processual - pela arbitrária inscrição do autor e seus órgãos e poderes no Sistema SIAFI (SIAFI/CAUC/CONCONV/CADIN), **mantido** pela União Federal, **fazendo-o** com apoio nas seguintes razões (fls. 232/236):

"Trata-se de ação cautelar preparatória, com pedido de medida liminar, ajuizada pelo Distrito Federal, com a finalidade de obter provimento judicial que impeça a União de considerar, na análise dos requisitos para a



AC 2.403-MC-ED-Ref / DF

concessão de garantia em operação de crédito a ser celebrada com organismo internacional, pendências cadastrais relativas a órgãos da Administração Direta do ente distrital registrados no CNPJ/MF sob número diverso do ostentado pelo ente central.

Requer, subsidiariamente, a suspensão dos efeitos das inscrições existentes nos cadastros de inadimplência do Governo Federal que digam respeito aos referidos órgãos públicos.

Para tanto, afirma o requerente que, com o escopo de obter recursos para a implantação, na cidade de Brasília, do denominado 'Metrô Leve sobre Trilhos', solicitou à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda a concessão de garantia em operação de crédito a ser celebrada com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD).

Contudo, a STN teria indeferido o pedido formulado pelo Distrito Federal, em virtude da existência, nos cadastros de inadimplência do Governo Federal, de pendências relativas à Câmara Legislativa do Distrito Federal e a órgãos da Administração Direta registrados no CNPJ sob número diverso do ostentado pelo ente central.

Alega o requerente que a existência desses apontamentos não poderia causar quaisquer consequências gravosas ao Distrito Federal, sob pena de violação ao princípio da intranscendência das sanções jurídicas.

Por fim, assevera que, na inscrição dos referidos órgãos nos cadastros de inadimplência do Governo Federal (CAUC/CONCONV/SIAFI), não teriam sido observados os princípios constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.

No tocante ao 'periculum in mora', afirma que a pré-negociação com os representantes da agência francesa, marcada para a próxima semana, não poderá ocorrer, se não for obtida a garantia almejada.

Às fls. 77-78, o Procurador-Geral da República informa que o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios teria ajuizado ação civil pública com o escopo de impedir a construção do referido 'Veículo Leve sobre Trilhos', sob a alegação de que o Distrito Federal não teria obtido, junto aos órgãos competentes, o licenciamento ambiental, imprescindível para a realização de empreendimentos desse porte. Notícia, ainda, que o Ministério Público Federal também teria



AC 2.403-MC-ED-Ref / DF

ajuizado ação civil pública, na qual discute a compatibilidade do mencionado meio de transporte com o Tombamento do Conjunto Urbanístico de Brasília. Por fim, assevera que o contrato celebrado para a execução da obra estaria com os seus efeitos suspensos, em virtude de supostas irregularidades.

Decido.

Preliminarmente, constato a existência de conflito entre a União e o Distrito Federal, razão pela qual reconheço a competência do Supremo Tribunal Federal para julgar e processar esta ação cautelar, nos termos do art. 102, I, 'f', da Constituição Federal.

Cumprе registrar que a presente ação cautelar não tem por objeto a análise de supostos vícios e irregularidades que estariam a eivar o processo de construção do 'Veículo Leve sobre Trilhos' na cidade de Brasília, mas apenas o exame da regularidade de inscrições relativas ao Distrito Federal no denominado Cadastro Único de Convênios (CAUC/SIAFI) que estariam a obstar a concessão de garantia por parte da União em operação externa de crédito.

Nesse contexto, no tocante à alegação de violação ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa, cumpre ressaltar que, consoante salientado por esta Corte em diversos pronunciamentos, o CAUC, subsistema do SIAFI cuja função é retratar a situação financeira dos demais entes federados para fins de recebimento de transferências voluntárias, não prevê a possibilidade de manifestação prévia dos entes diretamente afetados pela veiculação das informações. Há, portanto, ofensa evidente ao princípio do devido processo legal.

Nesse sentido o pronunciamento do Ministro Celso de Mello na Ação Cautelar nº 1.033, DJ 12.12.2005:

O respeito efetivo à garantia constitucional do 'due process of law', ainda que se trate de procedimento administrativo - como a inscrição no Cadastro Único de Convênio (CAUC), que não pode processar-se sem prévia audiência dos entes diretamente afetados -, condiciona, de modo estrito, o exercício dos poderes de que se acha investida a Pública Administração, sob pena de descaracterizar-se, com grave ofensa aos postulados que informam a própria concepção do Estado

AC 2.403-MC-ED-Ref / DF

democrático de Direito, a legitimidade jurídica dos atos e resoluções emanados do Estado. (...) Não se pode perder de perspectiva, portanto, considerada a essencialidade da garantia constitucional da plenitude de defesa e do contraditório, que a Constituição da República estabelece, em seu art. 5º, incisos LIV e LV, que ninguém pode ser privado de sua liberdade, de seus bens ou de seus direitos sem o devido processo legal, notadamente naqueles casos em que se viabilize a possibilidade de imposição, a determinada pessoa ou entidade, de sanções ou de medidas gravosas consubstanciadoras de limitação de direitos.

A maneira como as inscrições no CADASTRO ÚNICO DE CONVÊNIO (CAUC) foram realizadas parece indicar possível ocorrência de violação ao postulado constitucional do devido processo legal (também aplicável aos procedimentos de caráter administrativo), pondo em evidência um dado extremamente relevante, eis que não teria sido facultada, na espécie, aos autores, a possibilidade de se defenderem, antes que se tornasse efetiva, com todas as suas consequências jurídicas lesivas, a questionada inscrição no mencionado cadastro, sequer precedida de notificação dirigida aos entes estatais atingidos.

Ademais, em que pese o cuidado necessário à gestão dos recursos públicos no contexto dos princípios norteadores das atividades da Administração Pública Federal, Distrital, Estadual e Municipal (CF, art. 37, 'caput'), vislumbro risco maior na possibilidade de se impedir a realização de obra pública de interesse geral, em virtude da recusa da União em conceder a garantia almejada pelo Distrito Federal.

Nesse sentido, arrolo os seguintes precedentes firmados pelo Plenário, nos quais, em circunstâncias similares às destes autos, o Tribunal confirmou ou referendou os efeitos de cautelar deferida monocraticamente: AC-MC-QO nº 1.084/AP, de minha relatoria, DJ 30.6.2006; AC-QO nº 259/AP, Rel. Marco Aurélio, DJ 3.12.2004; AC-QO nº 266/SP, Rel. Celso de Mello, DJ 28.10.2004; e AC-AgR nº 39/PR, Rel. Ellen Gracie, DJ 5.3.2004.

AC 2.403-MC-ED-Ref / DF

Por entender presentes os requisitos legais, defiro o pedido de medida liminar, 'ad referendum' do Plenário, tão-somente para suspender os efeitos das inscrições relativas ao Distrito Federal existentes no CAUC na data do ajuizamento desta ação cautelar.

Comunique-se com urgência." (grifei)

Inconformada com a parte dispositiva do ato decisório, o ora embargante, **alegando** a ocorrência dos **vícios** a que se refere o art. 535 do CPC, **interpõe** o presente recurso (fls. 247/254).

Apreciando as razões suscitadas nesta sede processual, **acolhi** os presentes embargos de declaração, **complementando** a decisão ora embargada.

Para os fins a que se refere o art. 21, V, do RISTF, **submeto**, Senhor Presidente, **ao referendo** do **E. Plenário** desta Suprema Corte, as referidas decisões em causa (fls. 232/236 **e** 256/258).

É o relatório.



20/08/2009

TRIBUNAL PLENO

REFERENDO EM EMB.DECL.NA MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO CAUTELAR 2.403-0
DISTRITO FEDERAL

V O T O

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO - (Relator):

Reconheço, preliminarmente, considerada a norma inscrita no art. 102, I, "f", da Constituição da República, que a presente ação cautelar preparatória inclui-se na esfera de competência originária do Supremo Tribunal Federal, pois a causa principal, a ser ajuizada (fls. 07/08), pertence ao âmbito das atribuições jurisdicionais originárias desta Suprema Corte, o que faz incidir, na espécie, a regra consubstanciada no art. 800, "*caput*", do CPC.

Com efeito, sabemos que essa regra de competência confere, ao Supremo Tribunal Federal, a posição eminente de Tribunal da Federação, atribuindo, a esta Corte, em tal condição institucional, o poder de dirimir as controvérsias que, ao irromperem no seio do Estado Federal, culminam, perigosamente, por antagonizar as unidades que compõem a Federação.

Essa magna função jurídico-institucional da Suprema Corte impõe-lhe o gravíssimo dever de velar pela intangibilidade do vínculo federativo e de zelar pelo equilíbrio harmonioso das



AC 2.403-MC-ED-Ref / DF

relações políticas entre as pessoas estatais que integram a Federação brasileira.

Cabe assinalar que o Supremo Tribunal Federal, ao interpretar a norma de competência inscrita no art. 102, I, "f", da Carta Política, tem proclamado que "o dispositivo constitucional invocado visa a resguardar o equilíbrio federativo" (RTJ 81/330-331, Rel. Min. XAVIER DE ALBUQUERQUE - grifei), advertindo, por isso mesmo, que não é qualquer causa que legitima a invocação do preceito constitucional referido, mas, exclusivamente, aquelas controvérsias de que possam derivar situações caracterizadoras de conflito federativo (RTJ 81/675 - RTJ 95/485 - RTJ 132/109 - RTJ 132/120, v.g.).

Esse entendimento jurisprudencial evidencia que a aplicabilidade da norma inscrita no art. 102, I, "f", da Carta Política restringe-se àqueles litígios - como o de que ora se cuida - cuja potencialidade ofensiva revela-se apta a vulnerar os valores que informam o princípio fundamental que rege, em nosso ordenamento jurídico, o pacto da Federação, em ordem a viabilizar a incidência da norma constitucional que atribui, a esta Suprema Corte, o papel eminente de Tribunal da Federação (AC 1.700-MC/SE, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI - AC 2.156-REF-MC/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO -



AC 2.403-MC-ED-Ref / DF

ACO 597-AgR/SC, Rel. Min. CELSO DE MELLO - ACO 925-REF-MC/RN, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.).

Vale referir, neste ponto, julgamento do Supremo Tribunal Federal em que esse aspecto da questão **foi bem realçado pelo Plenário** desta Suprema Corte:

"CONFLITOS FEDERATIVOS E O PAPEL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COMO TRIBUNAL DA FEDERAÇÃO."

- A Constituição da República confere, ao Supremo Tribunal Federal, a posição eminente de Tribunal da Federação (CF, art. 102, I, 'f'), atribuindo, a esta Corte, em tal condição institucional, o poder de dirimir as controvérsias, que, ao irromperem no seio do Estado Federal, culminam, perigosamente, por antagonizar as unidades que compõem a Federação.

Essa magna função jurídico-institucional da Suprema Corte impõe-lhe o gravíssimo dever de velar pela intangibilidade do vínculo federativo e de zelar pelo equilíbrio harmonioso das relações políticas entre as pessoas estatais que integram a Federação brasileira.

A aplicabilidade da norma inscrita no art. 102, I, 'f', da Constituição estende-se aos litígios cuja potencialidade ofensiva revela-se apta a vulnerar os valores que informam o princípio fundamental que rege, em nosso ordenamento jurídico, o pacto da Federação. Doutrina. Precedentes."

(ACO 1.048-QO/RS, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Pleno)

Daí a observação constante do magistério doutrinário (MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO, "Comentários à Constituição Brasileira de 1988", vol. 2/219-220, 1992, Saraiva), cuja lição, ao

AC 2.403-MC-ED-Ref / DF

ressaltar essa **qualificada** competência constitucional do Supremo Tribunal Federal, acentua:

"Reponta aqui o papel do Supremo Tribunal Federal como órgão de equilíbrio do sistema federativo. Pertencente embora à estrutura da União, o Supremo tem um caráter nacional que o habilita a decidir, com independência e imparcialidade, as causas e conflitos de que sejam partes, em campos opostos, a União e qualquer dos Estados federados." (grifei)

Definida, assim, a competência originária deste Tribunal, analiso a postulação cautelar deduzida na presente sede processual. E, ao fazê-lo, observo que os elementos produzidos nesta sede processual revelam-se suficientes para justificar, na espécie, o acolhimento da pretensão deduzida, em caráter liminar, pelo Distrito Federal, eis que concorrem os requisitos autorizadores da concessão da medida cautelar ora postulada.

Presente esse contexto, tenho para mim que a inscrição do Distrito Federal, nos registros cadastrais vinculados aos subsistemas SIAFI/CAUC/CONCONV/CADIN, componentes do sistema SIAFI, em razão de "(...) supostas pendências, não do CNPJ próprio do Distrito Federal, mas de órgãos de seu complexo administrativo (...)", inclusive aquelas relacionadas "(...) à Câmara Legislativa do Distrito Federal, integrante de poder distinto" (fls. 04), parece

AC 2.403-MC-ED-Ref / DF

haver sido efetivada com possível violação ao postulado constitucional do devido processo legal (também aplicável aos procedimentos de caráter meramente administrativo).

Cabe advertir, neste ponto, considerada a essencialidade da garantia constitucional da plenitude de defesa e do contraditório, que a Constituição da República **estabelece**, em seu art. 5º, incisos LIV e LV, que ninguém pode ser privado de sua liberdade, de seus bens ou de seus direitos sem o devido processo legal, notadamente naqueles casos em que se viabilize a possibilidade de imposição, a determinada pessoa ou entidade, de medidas consubstanciadoras de limitação de direitos.

Cumpre assinalar, bem por isso, na linha de decisões que já proferi nesta Corte (RTJ 183/371-372, Rel. Min. CELSO DE MELLO - AI 306.626/MT, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.), que o Estado, em tema de restrição à esfera jurídica de qualquer pessoa, não pode exercer a sua autoridade de maneira abusiva ou arbitrária, desconsiderando, no exercício de sua atividade, o postulado da plenitude de defesa, pois - cabe enfatizar - o reconhecimento da legitimidade ético-jurídica de qualquer medida imposta pelo Poder Público, de que resultem, como no caso, consequências gravosas no plano dos direitos e garantias individuais, exige a fiel observância

AC 2.403-MC-ED-Ref / DF

do princípio do devido processo legal (**CF**, art. 5º, LIV e LV), **consoante adverte autorizado magistério doutrinário** (MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO, "Comentários à Constituição Brasileira de 1988", vol. 1/68-69, 1990, Saraiva; PINTO FERREIRA, "Comentários à Constituição Brasileira", vol. 1/176 e 180, 1989, Saraiva; JESSÉ TORRES PEREIRA JÚNIOR, "O Direito à Defesa na Constituição de 1988", p. 71/73, item n. 17, 1991, Renovar; EDGARD SILVEIRA BUENO FILHO, "O Direito à Defesa na Constituição", p. 47/49, 1994, Saraiva; CELSO RIBEIRO BASTOS, "Comentários à Constituição do Brasil", vol. 2/268-269, 1989, Saraiva; MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO, "Direito Administrativo", p. 401/402, 5ª ed., 1995, Atlas; LÚCIA VALLE FIGUEIREDO, "Curso de Direito Administrativo", p. 290 e 293/294, 2ª ed., 1995, Malheiros; HELY LOPES MEIRELLES, "Direito Administrativo Brasileiro", p. 588, 17ª ed., 1992, Malheiros, v.g.).

Vale ter presente, neste ponto, **o valioso magistério** de PAULO GUSTAVO GONET BRANCO, **em obra conjunta** escrita com GILMAR FERREIRA MENDES **e** INOCÊNCIO MÁRTIRES COELHO ("Curso de Direito Constitucional", p. 261/262, item n. 12.1, 2007, Saraiva), **cuja lição** ressalta a possibilidade constitucional de pessoas jurídicas **titularizarem**, elas mesmas, direitos e garantias fundamentais, **ai**

AC 2.403-MC-ED-Ref / DF

incluídas, no que concerne às prerrogativas jurídicas de ordem procedimental, as próprias pessoas de direito público:

"Não há, em princípio, impedimento insuperável a que pessoas jurídicas venham, também, a ser consideradas titulares de direitos fundamentais, não obstante estes, originalmente, terem por referência a pessoa física. Acha-se superada a doutrina de que os direitos fundamentais se dirigem apenas às pessoas humanas. Os direitos fundamentais suscetíveis, por sua natureza, de serem exercidos por pessoas jurídicas podem tê-las por titular. (...).

.....
Questão mais melindrosa diz com a possibilidade de pessoa jurídica de direito público vir a titularizar direitos fundamentais. Afinal, os direitos fundamentais nascem da intenção de garantir uma esfera de liberdade justamente em face dos Poderes Públicos.

Novamente, aqui, uma resposta negativa absoluta não conviria, até por força de alguns desdobramentos dos direitos fundamentais do ponto de vista da sua dimensão objetiva.

Tem-se admitido que as entidades estatais gozam de direitos do tipo procedimental. Essa a lição de Hesse, que a ilustra citando o direito de ser ouvido em juízo e o direito ao juiz predeterminado por lei. A esses exemplos, poder-se-ia agregar o direito à igualdade de armas - que o STF afirmou ser prerrogativa, também, da acusação pública, no processo penal - e o direito à ampla defesa." (grifei)

Essa visão do tema tem o apoio da própria jurisprudência constitucional do Supremo Tribunal Federal:

"A QUESTÃO DOS DIREITOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS, NOTADAMENTE AQUELES DE CARÁTER PROCEDIMENTAL, TITULARIZADOS PELAS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO.

- A imposição de restrições de ordem jurídica, pelo Estado, quer se concretize na esfera judicial, quer se

AC 2.403-MC-ED-Ref / DF

realize no âmbito estritamente administrativo (como sucede com a inclusão de supostos devedores em cadastros públicos de inadimplentes), supõe, para legitimar-se constitucionalmente, o efetivo respeito, pelo Poder Público, da garantia indisponível do 'due process of law', assegurada, pela Constituição da República (art. 5º, LIV), à generalidade das pessoas, inclusive às próprias pessoas jurídicas de direito público, eis que o Estado, em tema de limitação ou supressão de direitos, não pode exercer a sua autoridade de maneira abusiva e arbitrária. Doutrina. Precedentes."

(AC 2.032-QO/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Pleno)

A jurisprudência dos Tribunais, notadamente a do Supremo Tribunal Federal, tem reafirmado a essencialidade desse princípio, nele reconhecendo uma insuprimível garantia, que, instituída em favor de qualquer pessoa ou entidade, rege e condiciona o exercício, pelo Poder Público, de sua atividade, ainda que em sede materialmente administrativa ou no âmbito político-administrativo, sob pena de nulidade da própria medida restritiva de direitos, revestida, ou não, de caráter punitivo (RDA 97/110 - RDA 114/142 - RDA 118/99 - RTJ 163/790, Rel. Min. CARLOS VELLOSO - AI 306.626/MT, Rel. Min. CELSO DE MELLO, "in" Informativo/STF nº 253/2002 - RE 140.195/SC, Rel. Min. ILMAR GALVÃO - RE 191.480/SC, Rel. Min. MARCO AURÉLIO - RE 199.800/SP, Rel. Min. CARLOS VELLOSO, v.g.):

"RESTRIÇÃO DE DIREITOS E GARANTIA DO 'DUE PROCESS OF LAW'.

- O Estado, em tema de punições disciplinares ou de restrição a direitos, qualquer que seja o destinatário de

AC 2.403-MC-ED-Ref / DF

tais medidas, não pode exercer a sua autoridade de maneira abusiva ou arbitrária, desconsiderando, no exercício de sua atividade, o postulado da plenitude de defesa, pois o reconhecimento da legitimidade ético-jurídica de qualquer medida estatal - que importe em punição disciplinar ou em limitação de direitos - exige, ainda que se cuide de procedimento meramente administrativo (CF, art. 5º, LV), a fiel observância do princípio do devido processo legal.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem reafirmado a essencialidade desse princípio, nele reconhecendo uma insuprimível garantia, que, instituída em favor de qualquer pessoa ou entidade, rege e condiciona o exercício, pelo Poder Público, de sua atividade, ainda que em sede materialmente administrativa, sob pena de nulidade do próprio ato punitivo ou da medida restritiva de direitos. Precedentes. Doutrina."

(RTJ 183/371-372, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Cabe observar, neste ponto, que eventuais irregularidades imputáveis à Câmara Legislativa do Distrito Federal não podem repercutir sobre o Distrito Federal, cujo Poder Executivo não pode ter a sua ação administrativa comprometida por órgãos ou instituições impregnados de autonomia constitucional e insuscetíveis de intervenção por parte do Governador a respectiva unidade federada, como tem decidido essa Suprema Corte:

"AÇÃO CAUTELAR PREPARATÓRIA - MEDIDA LIMINAR - RECUSA DE PRESTAÇÃO DE AVAL PELA UNIÃO FEDERAL E NEGATIVA DE AUTORIZAÇÃO, POR PARTE DA SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL (OFÍCIO Nº 10.540/2008-COPEM/STN) - OBSTÁCULOS QUE IMPEDEM O DISTRITO FEDERAL DE CELEBRAR OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM ENTIDADES DE FOMENTO E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS - RESTRIÇÕES, QUE, EMANADAS DA UNIÃO, INCIDEM SOBRE O DISTRITO FEDERAL, POR ALEGADO



AC 2.403-MC-ED-Ref / DF

DESCUMPRIMENTO, POR PARTE DE SUA CÂMARA LEGISLATIVA E DE SEU TRIBUNAL DE CONTAS, DOS LIMITES SETORIAIS QUE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL IMPÕE A TAIS ÓRGÃOS PÚBLICOS (LC Nº 101/2000, ART. 20, II, 'A') - CONFLITO DE INTERESSES ENTRE A UNIÃO E O DISTRITO FEDERAL - LITÍGIO QUE SE SUBMETE À ESFERA DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - HARMONIA E EQUILÍBRIO NAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A UNIÃO FEDERAL - O PAPEL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COMO TRIBUNAL DA FEDERAÇÃO - PRETENSÃO CAUTELAR FUNDADA NAS ALEGAÇÕES DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA INTRANSCENDÊNCIA DAS MEDIDAS RESTRITIVAS DE DIREITOS - MEDIDA CAUTELAR DEFERIDA - DECISÃO DO RELATOR REFERENDADA PELO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

O ALTO SIGNIFICADO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E A QUESTÃO DE SUA APLICABILIDADE AO DISTRITO FEDERAL: LIMITE GLOBAL E LIMITES SETORIAIS EM TEMA DE DESPESA COM PESSOAL (CÂMARA LEGISLATIVA E TRIBUNAL DE CONTAS).

- O Poder Executivo do Distrito Federal não pode sofrer sanções nem expor-se a restrições impostas pela União Federal em tema de celebração de operações financeiras internacionais (recusa de prestação de aval e negativa de autorização), sob a alegação de que o Tribunal de Contas e o Poder Legislativo locais - embora observando o índice setorial de 3% - teriam descumprido, cada qual, os limites individuais a eles impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 20, inciso II, 'a'), pois o Governo do Distrito Federal não tem competência para intervir na esfera orgânica da Câmara Legislativa e do Tribunal de Contas, por se tratar de órgãos investidos de autonomia institucional, por força e efeito de expressa determinação constitucional. Precedentes.

- O art. 20, inciso II, 'a', da Lei de Responsabilidade Fiscal - cuja validade constitucional foi inteiramente confirmada pelo Supremo Tribunal Federal (ADI 3.756/DF) - aplica-se, de modo plenamente legítimo, no que se refere ao índice setorial de 3% (três por cento), ao Distrito Federal.

AC 2.403-MC-ED-Ref / DF

NECESSIDADE DE OUTORGA DE PROVIMENTO CAUTELAR, NO CASO, EM ORDEM A NÃO FRUSTRAR A REGULAR PRESTAÇÃO, NO PLANO LOCAL, DE SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS.

- A recusa de prestação de aval pela União Federal e a negativa da Secretaria do Tesouro Nacional em autorizar o Distrito Federal a celebrar operações de crédito com entidades de fomento e instituições financeiras internacionais comprometem, de modo irreversível, a prestação, no plano local, de serviços públicos de caráter primário, pois inviabilizam a obtenção de recursos financeiros necessários ao desenvolvimento e ao fortalecimento de áreas sensíveis, tais como a gestão das águas e a drenagem urbana, a preservação ambiental (proteção de nascentes e recuperação de erosões), bem assim a execução de obras de saneamento básico, na modalidade abastecimento de água, além do aperfeiçoamento institucional da administração tributária do Distrito Federal, para efeito de adequado custeio dos serviços públicos, notadamente no domínio da saúde e da educação públicas. Situação que configura, de modo expressivo, para efeito de outorga de provimento cautelar, hipótese caracterizadora de 'periculum in mora'. Precedentes." (AC 2.197-REF-MC/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Impende referir, neste ponto, por necessário, que, em situações semelhantes ou virtualmente idênticas à que se registra na presente causa, esta Suprema Corte tem deferido, "initio litis", medidas cautelares em processos instaurados por iniciativa do próprio Estado-membro ou do Distrito Federal (RTJ 192/767-768, Rel. Min. CELSO DE MELLO - AC 235-MC/SP, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - AC 1.260-MC/BA, Rel. Min. GILMAR MENDES - AC 1.700-MC/SE, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI - AC 1.915/RJ, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA - AC 1.936-MC/SE, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI - ACO 900/RJ, Rel. Min. GILMAR MENDES),

AC 2.403-MC-ED-Ref / DF

determinando, então, a adoção da mesma providência que ora se postula nesta sede processual.

Cabe acentuar, ainda, por relevante, que o Plenário do Supremo Tribunal Federal tem confirmado essa orientação (AC 39-AgR/PR, Rel. Min. ELLEN GRACIE, v.g.):

" (...) LIMITAÇÃO DE DIREITOS E NECESSÁRIA OBSERVÂNCIA, PARA EFEITO DE SUA IMPOSIÇÃO, DA GARANTIA CONSTITUCIONAL DO DEVIDO PROCESSO LEGAL.

- A imposição estatal de restrições de ordem jurídica, **quer se concretize** na esfera judicial, **quer se realize** no âmbito estritamente administrativo (como sucede com a inclusão de **supostos** devedores em **cadastros públicos** de inadimplentes), **supõe**, para legitimar-se constitucionalmente, **o efetivo respeito**, pelo Poder Público, da garantia **indisponível** do 'due process of law', **assegurada**, pela Constituição da República (art. 5º, LIV), **à generalidade** das pessoas, **inclusive** às próprias pessoas jurídicas de direito público, **eis que** o Estado, **em tema** de limitação ou supressão de direitos, **não pode exercer** a sua autoridade de maneira abusiva e arbitrária. Doutrina. Precedentes. (...)." (AC 1.033-AgR-QO/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Pleno)

Cumpre relembrar, por sua extrema pertinência, decisão que o eminente Ministro GILMAR MENDES, como Relator, proferiu nos autos da AC 1.260-MC/BA, em que, ao ordenar a suspensão cautelar de eficácia de registro **efetuado** no SIAFI, assim fundamentou, no ponto, o seu ato decisório:

"A questão apresentada para análise não é nova neste Supremo Tribunal Federal. **Em diversos precedentes**



AC 2.403-MC-ED-Ref / DF

análogos, a Corte já se manifestou pela concessão da liminar para afastar a inscrição do Estado no SIAFI/CADIN, sob o argumento de que a inviabilidade de formalizar acordos e convênios, bem como receber repasses de verbas, pode gerar prejuízos ainda maiores (inclusive com a paralisação de serviços essenciais) do que a ausência da inscrição do Estado, supostamente devedor, nesses bancos de dados. Nesse sentido, os seguintes precedentes: AC nº 39 (MC), Rel. Min. Ellen Gracie, monocrática, DJ 11.07.03; AC 223 (MC), Rel. Min. Gilmar Mendes, monocrática, DJ 23.04.04; AC 266 (MC), Rel. Min. Celso de Mello, monocrática, DJ 31.05.04; AC nº 259 (MC), Rel. Min. Marco Aurélio, Tribunal Pleno, unânime, DJ 03.12.04; AC nº 659 (MC), Rel. Min. Carlos Britto, Plenário, unânime, ulg. 12.06.06." (grifei)

Ressalto, ainda, julgamento, em caso virtualmente idêntico ao ora em análise, no qual o Plenário desta Suprema Corte ordenou a suspensão cautelar de registros cadastrais constantes do sistema SIAFI, porque efetuado em desarmonia com a garantia do devido processo legal:

"CADIN/SIAFI - INCLUSÃO, NESSE CADASTRO FEDERAL, DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, POR EFEITO DE DIVERGÊNCIAS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CONVÊNIO MJ Nº 019/2000 - CONSEQUENTE IMPOSIÇÃO, AO ESTADO-MEMBRO, EM VIRTUDE DE ALEGADO DESCUMPRIMENTO DAS RESPECTIVAS OBRIGAÇÕES, DE LIMITAÇÕES DE ORDEM JURÍDICA - NECESSÁRIA OBSERVÂNCIA DA GARANTIA CONSTITUCIONAL DO DEVIDO PROCESSO LEGAL COMO REQUISITO LEGITIMADOR DA INCLUSÃO, NO CADIN/SIAFI, DE QUALQUER ENTE ESTATAL - LITÍGIO QUE SE SUBMETE À ESFERA DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - HARMONIA E EQUILÍBRIO NAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS ENTRE OS ESTADOS-MEMBROS E A UNIÃO FEDERAL - O PAPEL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COMO TRIBUNAL DA FEDERAÇÃO - POSSIBILIDADE DE CONFLITO FEDERATIVO - PRETENSÃO CAUTELAR FUNDADA NAS ALEGAÇÕES

AC 2.403-MC-ED-Ref / DF

DE TRANSGRESSÃO À GARANTIA DO 'DUE PROCESS OF LAW' E DE DESRESPEITO AO POSTULADO DA RESERVA DE LEI EM SENTIDO FORMAL - MEDIDA CAUTELAR DEFERIDA - DECISÃO DO RELATOR REFERENDADA PELO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

CONFLITOS FEDERATIVOS E O PAPEL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COMO TRIBUNAL DA FEDERAÇÃO.

- A Constituição da República confere, ao Supremo Tribunal Federal, a posição eminente de Tribunal da Federação (CF, art. 102, I, 'f'), atribuindo, a esta Corte, em tal condição institucional, o poder de dirimir as controvérsias que, ao irromperem no seio do Estado Federal, culminam, perigosamente, por antagonizar as unidades que compõem a Federação.

Essa magna função jurídico-institucional da Suprema Corte impõe-lhe o gravíssimo dever de velar pela intangibilidade do vínculo federativo e de zelar pelo equilíbrio harmonioso das relações políticas entre as pessoas estatais que integram a Federação brasileira.

A aplicabilidade da norma inscrita no art. 102, I, 'f', da Constituição estende-se aos litígios cuja potencialidade ofensiva revela-se apta a vulnerar os valores que informam o princípio fundamental que rege, em nosso ordenamento jurídico, o pacto da Federação. Doutrina. Precedentes.

LIMITAÇÃO DE DIREITOS E NECESSÁRIA OBSERVÂNCIA, PARA EFEITO DE SUA IMPOSIÇÃO, DA GARANTIA CONSTITUCIONAL DO DEVIDO PROCESSO LEGAL.

- A imposição estatal de restrições de ordem jurídica, quer se concretize na esfera judicial, quer se realize no âmbito estritamente administrativo (como sucede com a inclusão de supostos devedores em cadastros públicos de inadimplentes), supõe, para legitimar-se constitucionalmente, o efetivo respeito, pelo Poder Público, da garantia indisponível do 'due process of law', assegurada, pela Constituição da República (art. 5º, LIV), à generalidade das pessoas, inclusive às próprias pessoas jurídicas de direito público, eis que o Estado, em tema de limitação ou supressão de direitos, não pode exercer a sua autoridade de maneira abusiva e arbitrária. Doutrina. Precedentes. (...)."

(ACO 1.048-QO/RS, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Pleno)

AC 2.403-MC-ED-Ref / DF

É importante ter presente, ainda, a clara diretriz jurisprudencial estabelecida por esta Suprema Corte, cujas decisões - afastando as graves conseqüências jurídicas resultantes da inscrição em mencionados registros cadastrais - foram proferidas com o propósito de neutralizar a ocorrência de risco que pudesse comprometer, de modo irreversível, a continuidade da execução de políticas públicas ou de ações governamentais:

"Questão de ordem em medida cautelar em ação cautelar. 2. Autarquia estadual. Inscrição no SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal). 3. Impedimento de repasse de verbas federais. Risco para a continuidade da execução de políticas públicas. 4. Precedentes: (QO) AC nº 259-AP, Rel. Min. Marco Aurélio, DJ de 03.12.2004; (QO) AC nº 266-SP, Rel. Min. Celso de Mello, DJ de 28.10.2004; e (AgR) AC nº 39-PR, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ de 05.03.2004. 5. Cautelar, em questão de ordem, referendada."
(AC 1.084-MC-QO/AP, Rel. Min. GILMAR MENDES, Pleno - grifei)

Essa mesma orientação foi observada no julgamento (monocrático) da AC 1.989-MC/SP, Rel. Min. GILMAR MENDES, e, também, no exame da AC 2.327-MC/MS, em que este E. Plenário referendou, integralmente, decisão por mim proferida, como Relator, em referido processo.



AC 2.403-MC-ED-Ref / DF

O que se mostra importante considerar, na realidade, é a orientação que o Supremo Tribunal Federal **firmou** a respeito do tema em análise, na qual esta Suprema Corte **tem enfatizado** a sua preocupação com as graves consequências, para o interesse da coletividade, que podem resultar do bloqueio das transferências de recursos federais (AC 2.032-QO/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO), como se verifica de fragmento de decisão proferida pelo eminente Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, referendada pelo E. Plenário desta Corte:

" (...) Os argumentos apresentados **evidenciam a plausibilidade jurídica** do pedido cautelar, **porquanto a permanência do Estado de São Paulo** nos registros do CAUC e SIAFI **implica o imediato bloqueio** das transferências de recursos federais **em detrimento** do interesse público, **com prejuízos irreparáveis** ao crescimento estadual e à população." (AC 1.845-MC/SP, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI - grifei)

Registre-se, finalmente, que o Distrito Federal justificou, de maneira inteiramente adequada, as razões que autorizam o deferimento da medida cautelar por ele postulada (fls. 19/20 e 22/23):

"A **plausibilidade jurídica** da pretensão cautelar deduzida na presente sede processual **encontra-se devidamente demonstrada**. A conduta da União Federal, **por intermédio** de sua Secretaria do Tesouro Nacional, **consistente** na indicação de pendências **que podem dar ensejo** à recusa de aval a operação de crédito externo,

AC 2.403-MC-ED-Ref / DF

revela-se inaceitável, seja porque se ampara em ato normativo inconstitucional, **seja**, ainda, porque viola os postulados constitucionais da ampla defesa, do devido processo legal e da intranscendência em tema de sanções administrativas.

Não custa ressaltar, de outro lado, que o ato impugnado na presente ação cautelar (indicação de pendências que podem ensejar a não-autorização para a obtenção de empréstimo pelo Distrito Federal) também viola o próprio interesse público.

Com efeito, trata-se de recursos que se destinam à ampliação do sistema de metrô no âmbito do Distrito Federal, **destinados ao aprimoramento** do transporte público coletivo neste ente distrital, **tendo como principal beneficiária** a população de baixa renda, **que não dispõe** de recursos para adquirir veículo próprio ou valer-se de outros meios de transporte particular, como táxis.

Eis, em síntese, alguns, dos objetivos buscados pelas autoridades competentes **com o projeto em referência**:

(i) **a implantação** de um sistema de transporte eficiente, confiável, rápido, seguro, confortável e universal na Av. W-3 Sul, com capacidade para transportar cerca de 120 mil passageiros/dia;

(ii) **a promoção e a dinamização** do processo de revitalização urbana da W-3;

(iii) **a implantação de um sistema de transporte coletivo** adequado a visitantes, turistas e usuários locais, viabilizando-se o acesso do aeroporto à zona central da cidade e aos setores hoteleiros, especialmente diante da escolha de Brasília como cidade-sede para a Copa do Mundo de 2014;

(iv) **racionalização e reorganização** do trânsito na W-3, com a redução de cerca de 30% do número de veículos particulares e diminuição da frota de ônibus em circulação no trecho, pela oferta de sistema de transporte qualificado; e

(v) **priorização do sistema de transporte público** em vias congestionadas e melhoria das ligações por transporte coletivo entre regiões da cidade.

.....

AC 2.403-MC-ED-Ref / DF

Está presente o perigo na demora, uma vez que a negativa da União em conceder o necessário aval inviabilizará a obtenção do crédito internacional que o Distrito Federal vem negociando com a Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD, no valor de até € 134 milhões.

Conforme os anexos documentos, a pré-negociação com os representantes da agência francesa já está agendada para a próxima semana, tendo sido antecipada. A fase de negociação também está marcada e ocorrerá na primeira semana de agosto, caso não haja pendências.

No entanto, tais negociações com a referida Agência ficam, por evidente, prejudicadas, porquanto não se sabe ao certo se o Distrito Federal poderá contrair o empréstimo, eis que não está obtendo a necessária autorização da União Federal. O fato é que, enquanto não obtida a autorização, cria-se uma situação de incerteza que impede a conclusão das negociações e a obtenção do necessário e urgente financiamento.

Desse modo, se não deferido o pedido liminar para a suspensão das limitações ao aval a cargo da União, restarão esvaziadas as negociações com a já referida instituição de crédito, tudo em prejuízo manifesto à população do Distrito Federal, que não disporá dos necessários recursos para implementação do programa pretendido." (grifei)

Em suma: como referido em passagem anterior deste voto, o tema ora veiculado na presente causa **tem sido recorrente** nesta Corte.

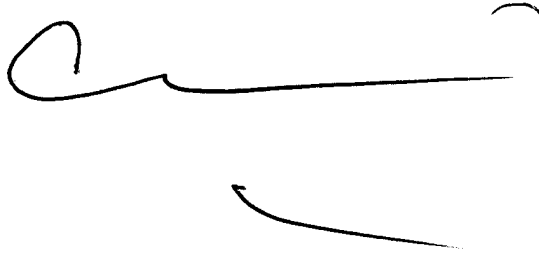


O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Cadastro de inadimplentes, lançamentos sem a defesa.

AC 2.403-MC-ED-Ref / DF

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO - (Relator): Sim.
Desse modo, e em face das razões expostas, referendo, integralmente,
as decisões proferidas a fls. 232/236 e 256/258.

É o meu voto.

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized 'C' followed by a horizontal line and a small upward curve at the end.

PLENÁRIO

EXTRATO DE ATA

REFERENDO EM EMB.DECL.NA MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO CAUTELAR 2.403-0

PROCED.: DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO

EMBE.(S): DISTRITO FEDERAL

ADV.(A/S): PGDF - MARCELO LAVOCAT GALVÃO E OUTRO(A/S)

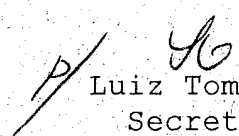
EMBD.O.(A/S): UNIÃO

ADV.(A/S): ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, referendou as decisões, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, a Senhora Ministra Ellen Gracie, licenciados os Senhores Ministros Joaquim Barbosa e Menezes Direito e, neste julgamento, o Senhor Ministro Gilmar Mendes (Presidente). Presidiu o julgamento o Senhor Ministro Cezar Peluso (Vice-Presidente). Plenário, 20.08.2009.

Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Cezar Peluso, Carlos Britto, Ricardo Lewandowski, Eros Grau e Cármen Lúcia.

Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos.


Luiz Tomimatsu
Secretário